

**“OS COFRES DA QUADRILHA DE IRMÃOS”:
QUERELAS ENTRE FRANCISCANOS E TERCEIROS NA FESTA DE PASSOS**

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS*

Por do sol do segundo domingo da Quaresma de 1975. O sino da igreja da Ordem Terceira do Carmo anunciava o fim da procissão do Encontro com dobres fúnebres. Nas ruas estreitas de São Cristóvão o fremir de romeiros vestidos com túnicas roxas que se deslocavam apressados, entre empurrões e frenesis diante da charola com o Senhor dos Passos, na tentativa de olhar nos “olhos vivos da imagem”. Disputas acirradas no entorno da charola com promesseiros gratos jogando suas túnicas e almejando conseguir um pedaço das fitinhas deixadas nas mãos da imagem. Outros romeiros desciam apressados pelas ladeiras para pegar os caminhões pau-de-arara para retornar a seus lares. Era o fim de mais uma Festa de Passos. Aos poucos a cor roxa dos devotos diluía-se nas ruas da primeira capital de Sergipe e o cheiro de incenso dissipava-se no ar.

Enquanto os romeiros seguiam para seus lares distantes, os membros da Ordem Terceira do Carmo calculavam o legado da festa maior da cidade. As esmolas deixadas pelos romeiros eram uma importante fonte de arrecadação da principal confraria de Sergipe. Com o esvaziar da Praça do Carmo, as charolas com o Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Soledade eram transportadas para o interior do Carmo Pequeno. Mas as atenções não estavam voltadas para as imagens. Naquele ano havia uma tensão rondando os bastidores da tradicional procissão. Havia silenciamentos e ausências que inquietavam os observadores mais atentos.

Do outro lado do Carmo, na imponente igreja matriz Nossa Senhora das Vitórias, era realizada a última missa do dia com os dois sacerdotes convidados para a solenidade. Padre João e Frei Albano celebravam a eucaristia na ausência do vigário da paróquia, mas sem deixar de estarem atentos ao que ocorria. A celeuma da principal solenidade católica de Sergipe estava em seus momentos finais, mas a repercussão ainda perduraria por muito tempo.

* Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense. Professor da Faculdade José Augusto Vieira.

No mês seguinte, o vigário da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias retornou a seu posto e, de imediato, procurou saber com os sacerdotes que o substituiu como foi o decorrer das celebrações em louvor ao Senhor dos Passos. Em seguida, o vigário franciscano tratou de registrar no livro de Tombo as informações que ouvira e pincelou as folhas do velho livro com um tom de ironia:

Depois da festa de N. Sra. D'Ajuda de Itaporanga o vigário viajou de férias. Uma vez que estávamos de férias não houve nada de importante para anotar a não ser a festa do Sr. dos Passos. Os romeiros, como sempre vem pagar as suas promessas e deixar as esmolas para a quadrilha de "irmãos" do Carmo. Neste ano Pe João, Frei Albano e D. Adriano Hipólito estiveram aqui. Os dois primeiros por ocasião da festa. Dizem que a cidade ficou repleta de romeiros durante aqueles dias. E assim passou o segundo mês do ano (TOMBO I, 197: 531).

Anotações perturbadoras. Frei Martinho Fluanques, franciscano e vigário de São Cristóvão, apresentou no mesmo registro duas facetas da romaria de penitência ao Senhor dos Passos: de um lado a multidão de romeiros que adentrou a cidade no intuito de realizar o pagamento de promessas ao santo de devoção. Do outro, os membros da Ordem Terceira do Carmo, principais organizadores do evento religioso e apresentados pelo pároco como membros de uma quadrilha que tinha como prioridade recolher as esmolas deixadas pelos fiéis.

Partindo dessa situação duas questões emergem. A primeira remete ao momento da Festa de Passos, em que o pároco esteve ausente por motivo de férias. O questionamento se refere aos motivos que fizeram com que o vigário escolhesse sair de férias justamente no período de maior agitação da paróquia, com a realização da principal e mais tradicional solenidade religiosa de Sergipe. O que teria motivado Martinho Fluanques a se afastar das celebrações do Senhor dos Passos no seu segundo ano de paroquiato?

O segundo ponto a ser observado é em relação a forma que o vigário tratou os membros da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão, considerada a mais importante de Sergipe desde os oitocentos. O termo "quadrilha de irmãos" demonstra que existia uma possível animosidade na convivência entre o pároco e os terceiros do Carmo. A cidade que era considerada pelos cronistas e memorialistas a capital religiosa ou a Jerusalém Sergipana estava vivenciando dias de turbulências.

Tais agitações em torno da devoção ao Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão já ocorria há alguns anos. Desde os anos sessenta do século XX que a procissão vinha recebendo críticas cada vez mais severas pelo clero da paróquia, demonstrando que as manifestações públicas de fé e sacrifício não agradavam aos organizadores institucionalizados. Em 1969 o também franciscano Afonso Shomaher teceu a seguinte preocupação sobre a solenidade de Passos:

No dia 2 de março celebrou-se a grande festa tradicional do Sr. dos Passos. Parece que o número do povo aumenta de ano em ano. Mas infelizmente não se encontrou ainda um caminho para dar a festa um cunho pastoral. O sermão do Encontro fez o Vigário Carvalho, reitor do Colégio Arquidiocesano – os sermões quaresmais fez o frei Henrique com muito entusiasmo (TOMBO I, 1969: 480).

Como se pode perceber, existia uma preocupação do clero local em controlar a festa religiosa, ou seja, de fazer com que a solenidade se tornasse mais próxima do modelo de religiosidade adotado pela Igreja. No entanto, no referido documento fica explícito o que teria provocado o afastamento entre o clero e os membros da Ordem Terceira do Carmo. Em alguns momentos o conflito parecia ser apenas uma questão de interesses sobre as esmolas deixadas pelos romeiros do Senhor dos Passos, como destaca o primeiro relato do vigário Martinho Fluanques a respeito da procissão dos Passos, logo após a sua chegada a paróquia.

Em março tomava parte nas pregações do Carmo Pequeno. Era a festa do Senhor dos Passos. No dia teve muita gente, procissão de noite e no dia seguinte, um domingo, o vigário acompanhou a procissão olhando tudo. Assistiu como os irmãos do Carmo trabalhavam com o Sr. dos Passos para tirar as esmolas, ajuntar as velas e objetos que o povo dar. O povo tem devoção ao Sr. dos Passos e quem lucra são os irmãos. Vida espiritual não tem e nem tão pouco convidam o vigário para assistir a uma reunião deles. O povo dar as suas esmolas e parecem que dividem o bolo entre si. É esquisito a maneira dos irmãos do Carmo procederem. Da a impressão de que são intocáveis (TOMBO I, 1974: 520).

O registro do vigário de São Cristóvão, um mês após sua chegada a Paróquia Nossa Senhora das Vitórias demonstra uma relação de animosidade. Entretanto, não podemos entender as tensões na solenidade do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão somente pelo viés dos interesses econômicos. Os impasses têm muito mais a revelar. Os conflitos podem ser vistos como mais uma faceta da complexa rede que envolve a trajetória histórica da mais tradicional procissão católica de Sergipe.

Nos bastidores da solenidade a instituição organizadora estava em crise. A década de 70 do século XX marcou o declínio da Ordem Terceira do Carmo. Em São Cristóvão os carmelitas já haviam deixado o convento no século XIX, mas permitiram a manutenção da Ordem Terceira com nomeações ocorridas em visitas esporádicas que os carmelitas realizavam a cidade. Contudo, essas visitas cessaram e o número de irmãos ficou restrito. Em meados da década existiam na cidade dois grupos de terceiros: os que assumiram o cargo por meio de nomeações dos carmelitas (em menor número) e os que foram empossados por nomeações dos párocos da cidade (a maioria). Isso fez criar uma situação de hostilidade dentro da ordem e a tornou mais vulnerável diante do clero reformador.

Paulatinamente a secular ordem perdia seu prestígio diante do clero. A crise aguçou com a morte do último terceiro nomeado pelos carmelitas, Domingos Sobral do Rosário. Com a morte deste as intervenções do clero aumentaram e gerou uma tensão na Ordem e nos bastidores da Festa de Passos. Por alguns meses as portas do Carmo Pequeno ficaram trancadas. A intervenção da alta hierarquia do clero sergipano se fez necessário para solucionar os impasses.

Para entender as sucessivas críticas tecidas pelo clero cristovense à solenidade de Passos é necessário investigar as transformações litúrgicas das celebrações ocorridas no período entre os dois concílios do Vaticano. As manifestações populares do catolicismo do Brasil passaram por um processo de renovação e isso muitas vezes acarretou em conflitos entre o clero reformador e os leigos, até então detentores de grande poder nas celebrações de cunho popular. Nesse sentido, a procissão dos Passos de São Cristóvão poderia está passando por esse processo, com a crise gerada no seio da Ordem Terceira do Carmo, que no final em 1978 foi oficialmente extinta e substituída pela Associação Nossa Senhora do Carmo, sob a tutela do Arcebispo de Aracaju, D. Luciano Cabral Duarte.

Os impasses entre clero e leigos ocorreram em torno da mais importante celebração católica de Sergipe. A procissão de Senhor dos Passos, também chamada de Festa de Passos, desde o século XIX já era conhecida como o evento religioso sergipano com maior poder aglutinador de devotos. Práticas penitenciais, romeiros e estética barroca faziam parte das celebrações, que reviviam pelas ruas estreitas da cidade os últimos passos de martírios de Cristo.

Por ser uma celebração que envolvia a participação de milhares de romeiros e parte considerável da elite açucareira local, a procissão dos Passos atraiu ao longo do tempo o interesse de muitos historiadores memorialistas. A intelectualidade sergipana se debruçou sobre a cerimônia de penitência que revelava pompa e práticas penitenciais e aglutinava diferentes segmentos da sociedade sergipana em cortejos nos ritmos dos sinos. Foram esses intelectuais que produziram registros relevantes que podem auxiliar o trabalho do historiador de reconstituição das celebrações festivas e penitenciais.

O tema dessa pesquisa é a procissão do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão, com o propósito de analisar a procissão a partir das percepções pelos memorialistas por meio dos sentidos. Com essa investigação se torna possível compreender os conflitos inerentes à solenidade e suas possíveis relações com o movimento de renovações das práticas devocionais estimuladas pelo Concílio do Vaticano II. É importante lembrar que os conflitos também podem ser percebidos por meio dos diferentes sentidos e que algumas das prerrogativas criticadas pelo clero de São Cristóvão estavam associadas a questões do ritmo, do silêncio, dos murmurinhos dos irmãos terceiros, dos odores, empurrões e visual. Na festa de Passos, os holofotes poderiam estar direcionados as imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade, mas as atenções do clero estavam direcionadas a outros ângulos: a destituição da Ordem Terceira. Partindo dessa assertiva, pode-se dizer que tanto os conflitos dos bastidores, como a própria celebração pública podem ser analisadas por meio dos sentidos. Odores, toques, ruídos, sabores e vozes podem ser utilizados como fio condutor na compreensão do objeto histórico. Por esse motivo, essa pesquisa teve como proposta fazer uma leitura da procissão dos Passos de São Cristóvão por meio dos sentidos, ou seja, tentar analisar os impasses entre o clero e os irmãos terceiros do Carmo na organização da solenidade.

O marco temporal dessa pesquisa compreende 75 anos (1903-1978). O marco inicial da pesquisa se justifica porque até o ano de 1903 a Paróquia Nossa Senhora das Vitórias estava sob o controle do clero secular, destacando-se nomes como o do vigário Barroso que ao longo da segunda metade do século XX exerceu grande influência na vida social, política e cultural da cidade. Ele foi um dos responsáveis por impregnar a solenidade dos Passos de aspectos dramáticos, teatralizados.

Somente a partir de 1903 é que a paróquia foi entregue aos franciscanos, que tentaram paulatinamente, propor e exercer algumas alterações nos festejos penitenciais de Passos. Partindo dessa acepção, é relevante estudar a procissão dos Passos a partir do momento em que os franciscanos assumiram a paróquia e tentaram engendrar o controle institucional sobre a romaria.

O marco final do trabalho é 1978, ano que marca o ápice e o desfecho do conflito entre os franciscanos e os irmãos terceiros do Carmo. Com a extinção da Ordem Terceira do Carmo e a conseqüente criação da Associação Nossa Senhora do Carmo sob a batuta de D. Luciano Cabral Duarte e frei Matinho Fluanques a romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão entrou em uma nova fase, sofrendo maior intervenção institucional.

É importante ressaltar que no universo desse marco temporal, constituído a partir de episódios atrelados a trajetória histórica do próprio objeto, ocorreram eventos de suma importância no seio da Igreja Católica, como o Concílio do Vaticano II (1964-1967). Portanto essa investigação não se deterá apenas na compreensão de uma solenidade religiosa em seu âmbito interno, mas sim, propõe-se inserir os impasses da esfera religiosa dos Passos no contexto das reformas desencadeadas na Igreja Católica após o Concílio do Vaticano II. Com isso, esse projeto pretende realizar uma discussão a respeito das ações reformadoras após o concílio em uma festa religiosa de cunho popular e com estética barroca.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de História Social da Cultura, pois se debruça sobre as transformações de uma celebração religiosa que envolve diferentes segmentos sociais e possui importantes elementos simbólicos. A festa de Passos pode ser observada como uma festa reveladora tanto dos aspectos da mentalidade barroca, como práticas sacrificiais, pompa e elementos teatrais, como também ações reformadoras provenientes dos concílios na esfera de uma romaria de âmbito local.

Com essa investigação os elementos simbólicos da solenidade e os conflitos entre o clero e leigos foram desnudados. Diferentes segmentos sociais e sujeitos emergiram no cenário festivo dos Passos e despertou o interesse da intelectualidade sergipana, que buscou registrar a solenidade de diferentes ângulos, valorizando aspectos sensitivos na percepção da realidade observada.

Esse é outro ponto a ser destacado. Na investigação sobre os impasses entre o clero e os leigos em relação ao controle da romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão essa pesquisa tem como pano de fundo a própria romaria e tenta reconstituir os cenários da solenidade ao longo do período de estudo (1903-1978). Nessa reconstituição o enfoque se detem nos aspectos dos sentidos. As diferentes acepções da realidade são alocadas nos registros históricos, na tentativa de realizar uma leitura das procissões penitenciais por meio dos ruídos, odores, toques, falas e visões. A estética barroca da solenidade é esmiuçada por uma nova abordagem: a dos sentidos como expressão da realidade observada.

1. Festas e religiosidades:

Com um calendário tão rico em celebrações religiosas, pode-se dizer que a cada momento ocorre uma ruptura temporal, a entrada de um novo tempo mítico (ELIADE, 2001). Essas diferentes temporalidades afetam o cotidiano da população, ao fazer com que o imaginário coletivo seja permeado pela simbologia cristã. No entanto, o universo religioso do brasileiro não é habitado somente por elementos cristãos, mas é a resultante de uma simbiose cultural, mesclando heranças oriundas de diferentes povos como os indígenas, os europeus e os africanos. “As culturas fecundam-se mutuamente” (DEL PRIORE, 2002, p. 120). Desse modo, a cultura brasileira expressa elementos intrínsecos à sociedade. Assim, emergem as utopias, o maior exercício da liberdade humana. Sob esse prisma, “a sociedade é produto de suas angústias, suas fantasias e seus sonhos, projetados nas utopias que elabora” (DEL PRIORE, 1994, p. 07).

Partindo dessas concepções, pode-se perceber a relevância da festa como expressão social. As múltiplas facetas sociais podem ser observadas nos festejos, pois diferentes realidades são transpostas ao público, criando-se memórias, apropriações e ressignificações do aparato cultural ao qual os sujeitos estão inseridos. A história ao longo do século se debruçou sobre o universo alegre das festas. Paulatinamente a História passou e enxergá-la não como mero artifício de controle social, mas como campo em que a sociedade se revela, com seus dramas, exclusões, fugas do cotidiano. O olhar do historiador cada vez mais tenta penetrar no vasto campo das celebrações, desnudando a festa sob suas diferentes facetas.

A procissão dos Passos de São Cristóvão pode ser lida nessa perspectiva. A solenidade que teve início na cidade de São Cristóvão no final do século XVIII e no século seguinte se legitimou como a principal procissão de Sergipe tem muito a revelar. A documentação sobre a procissão dos Passos é consideravelmente abundante e expressa os diferentes ângulos que constituíam a romaria de penitência. Existem vários sinais que denotam os conflitos existentes e as tensões entreromeiros populares, elite econômica e política, clero e irmãos leigos. Até mesmo os textos elogiosos fornecem indícios que os cortejos com o Senhor dos Passos não eram tão pacíficos. O enredo traçado pela igreja era apropriado pelos segmentos populares, criando-se uma nova faceta para a procissão. Essa releitura popular inerente as procissões foi destacada por José Ramos Tinhorão, ao enfatizar que “a Igreja oferecia a idéia de enredo e a forma do desfile, e o povo miúdo entrava com o carnaval” (TINHORÃO, 2001, p. 22).

Os burburinhos presentes na procissão dos Passos não é exceção no universo religioso brasileiro. A historiografia cultural brasileira produzida no país desde o final da década de 80 do século XX reforça o aspecto efervescente nas celebrações de cunho religioso. Um caso elucidativo disso é o trabalho de Martha Abreu (1999), que desnuda as comemorações do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro imperial e apresenta o processo de construção da identidade nacional com a circulação cultural entre o popular e o erudito, tendo como ponto central dessa trama a barraca Três Cidras do Amor. Em São Cristóvão, primeira capital de Sergipe seria possível existir algo semelhante? É muito provável que sim, pois os textos memorialistas sobre a procissão sempre destacam a diversidade de segmentos sociais que se dirigiam à cidade no segundo final de semana da quaresma. De políticos a trabalhadores rurais, de senhores de engenho à pagadores de promessas anônimos, todos esses sujeitos teceram o enredo da procissão ao longo dos dois últimos séculos.

Na procissão dos Passos os dramas sociais eram revividos. As dores dos excluídos expostas em público no processo identitário imagem/devoto. A cidade era transformada nas primeiras semanas da quaresma em palco do drama da Paixão de Cristo, no qual convergiam os moradores das localidades mais distantes. Com isso a festa fazia viver uma autêntica dramatização social no curso da qual as consciências individuais se interpenetram para se fundir. Nas procissões criava-se a possibilidade de “reproduzir teatralmente episódios da história sagrada” (TINHORÃO, 2000: 72).

A procissão dos Passos era um evento que atraía personagens de diferentes segmentos sociais. Isso não ocorria somente nas ruas estreitas de São Cristóvão. Na corte lusitana em fins do século XVIII ocorria algo semelhante, como atesta Sérgio Buarque de Holanda, ao afirmar que:

Em fins do século seguinte, a célebre procissão dos Passos, em Lisboa, deveria ser um espetáculo quase comparável ao que proporcionava qualquer cidade brasileira, daquelas onde o contingente negro fôsse mais notável. Um visitante estrangeiro dizia em 1798 que participavam dos préstitos entre quatro mil e cinco mil almas, sendo a maior parte constituída de negros e mulatos, de negras e mulatas (HOLANDA, 1968: 24).

No rico cenário cultural brasileiro destacam-se as festas. Estas podem ser entendidas como momento de interação social, de louvor. É momento de fé, conversas e rezas. Para Nona Ozouf é às vezes numa “ação restauradora que se assimila a nostalgia” (OZOUF, 1976: 216). As celebrações possuem uma marcante proximidade com a memória, pois os dramas sociais são transportados para as mesmas. A festividade está intrinsecamente ligada à sociedade a qual está inserida e por esse motivo ela exprime frustrações, interesses, poder, disputas e desejos. Ela representa a quebra de rotina, desperdício e ociosidade. Para Emmanuel Le Roy Ladurie “o tempo escoo normalmente durante o ano, depois recomeça brevemente em sentido inverso durante a duração festiva, para retomar seu escoamento” (LADURIE, 2002: 322). Neste sentido, a festa seria vista como a propiciadora de uma ruptura temporal, com o momento da separação da vida normal, o decorrer da festa com seu retorno e o momento da reincorporação ao tempo cotidiano (LADURIE, 2002: 322). Trata-se, portanto, de uma perspectiva próxima da interpretação de Mircea Eliade sobre as rupturas entre o tempo sagrado e profano

Deste modo, podemos encontrar em um evento festivo uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos (DEL PRIORE, 1994). A festa é um mecanismo de aproximação da comunidade, é a celebração, expressão ritualística de uma mentalidade de uma cultura, ou seja, a manifestação de uma identidade coletiva. Com isso, é no momento festivo que ocorre a reafirmação da identidade e das relações culturais. “A festa é, portanto, elemento de re-ligação – o *religere* próprio ao religioso (PÉREZ, 1994: 4).

Na festa também está presente o caráter mnemônico, levando-se em consideração que ela é uma memória, repetição de certos valores e comportamentos, continuidade em relação ao passado. É a liberação momentânea, crença que utiliza símbolos e alegorias com a finalidade de contar e reviver uma história. Neste caso, a memória que guarda as marcas de um vivido, as lembranças, as emoções, os sonhos e o imaginário de uma época que ficou sepultado no tempo é retomada, revivida e reinterpretada. A festa passa a ser uma ponte de diálogo entre presente e passado, de modo que a cultura simbólica presentifique algo que está ausente. Assim, “não existe festa sem reminiscência, repetição do passado, frequentemente anual, a festa traz consigo uma memória que é tentador considerar como tal (OZOUF, 1976: 217). A função da festa também pode ser definida como:

Uma expressão teatral de uma organização social é fato político, religioso e simbólico. As danças e músicas permitem introjetar valores de uma vida coletiva, além do descanso, da alegria, da partilha dos sentimentos coletivos. Ajuda a suportar a exploração e reafirma laços de solidariedade ou marca as especificidades. Há perpetuação nas procissões, desfiles, desafios além da mistura de ganhadores e perdedores pelos prazeres (DEL PRIORE, 1994: 10).

Muitas das festividades brasileiras estão imbuídas pela religiosidade. A festa de caráter religioso-popular é como um elo que percorre ao longo do tempo, paralelamente e de modo simbólico, o próprio ciclo de rotina e trabalho da sociedade. Neste sentido, a festa é um período peculiar, com intensa vida coletiva, momentos e unanimidade efervescência do sagrado e religioso. Na festa o irrealizável se materializa e nela podemos detectar uma gama de realidades amplas. Com isso, se pode afirmar ser possível compreender a festa a partir dos elementos aos quais ela está ligada. “As festas devem, pois ser vistas como suscetíveis de uma multiplicidade de leituras, todas elas , porém, centradas na ótica do poder” (MONTES, 1998: 04).

Entretanto, para poder compreender o sentido das festividades religiosas é preciso definir o conceito de catolicismo popular. No entender de Isidoro Alves “a religiosidade popular sempre se impôs como expressão de uma religiosidade que se impregnou de outros valores além dos religiosos *strictu senso* (ALVES, 2005: 317). Neste estudo, catolicismo popular foi visto como as práticas consideradas pela hierarquia eclesiástica como ultrapassadas, arcaicas e ilegítimas. Para estabelecer o

entendimento do catolicismo popular é preciso relacioná-lo com o seu oposto, ou seja, o catolicismo oficial. O aspecto dual entre religiosidade popular e oficial foi assim explicitado por Pierre Sanchis:

Ela (religião popular) é o fenômeno estrutural não manifestado senão num grupo frente a outro, dominante e modernizador. Esses grupos sociais não se confundem necessário e simplesmente com classes sociais em conflito e uma maior atenção às elites dirigentes, numa e noutra classe fundamental, deverá sempre matizar e, às vezes, balancear as perspectivas unilaterais de uma sociologia da luta de classes, se quisermos, um dia, poder restituir a palavra “povo” a densidade de um conceito puramente operacional (SANCHIS, 1979: 258).

Apesar da relação dialética entre as duas formas de expressões da religiosidade, é imprescindível lembrar a inexistência de uma fronteira fixa entre elas, por se tratar “de um dinamismo tecido por trocas recíprocas” (VOVELLE, 1987: 154). No plano cultural, as diferentes expressões de religiosidade devem ser entendidas como um contínuo processo de circularidade, no qual os seus agentes não permanecem estáticos no campo do popular ou do oficial, mas sim, em constante diálogo entre si (GINZBURG, 1987: 21).

No caso da solenidade do Senhor dos Passos da cidade de São Cristóvão, mesmo constituindo-se como celebração de cunho oficial da Igreja Católica em Sergipe, ela deve ser vista sob a ótica do catolicismo popular. No período estudado (1903-1978), a Procissão dos Passos reunia em seus cortejos os mais importantes nomes da elite açucareira sergipana, que por alguns anos deteve o monopólio na trasladação das imagens. Contudo, o que a tornava principal solenidade religiosa sergipana era a maciça participação popular, com o depósito de ex-votos e com o cumprimento de penitências (NUNES & SANTOS, 2006: 101).

Compreender os sentidos da festa é uma das novas facetas da recente historiografia brasileira. Para Isidoro Alves “compreender as duas dimensões da Festa, devocional e informal, significa compreender o verdadeiro sentido da festa, pois ao conduzir a santa padroeira, os devotos estabelecem com ela uma relação direta, não mediada pela hierarquia religiosa” (ALVES, 2005: 317).

O principal momento de expressão do catolicismo popular ocorre por ocasião das romarias. A definição de romaria é polêmica, tendo em vista que não há consenso

entre os estudiosos da religião na distinção entre romaria e peregrinação. Distinguir tais conceitos é de importância fundamental na compreensão da solenidade dos Passos de São Cristóvão, uma vez que entre os anos de 1903 e 1978 a procissão atraía romeiros dos mais variados recônditos municípios sergipanos.

Etimologicamente o termo peregrino se originou do vocábulo *peregre*, ou seja, “aquele que se encontra fora de sua residência” ou “aquele que saiu de sua casa ou pátria” (BALBINOT, 1998: 78). Assim, peregrinação é entendida como o deslocamento de pessoas em busca de um lugar sagrado com o intuito de realizar atos religiosos com objetivos votivos, piedosos e penitenciais. Peregrinar significa o deslocamento espacial do devoto, afastando-se temporariamente de seu ambiente social e de seu lócus geográfico cotidiano em busca do espaço sagrado. Esse “desligamento” do mundo não é definitivo, pois na peregrinação sempre há o retorno. Na peregrinação um elemento relevante é a penitência, anacrônica ao sofrimento de Cristo na via crucis. É “a imitação de Cristo, reconstruindo a realidade geográfica, tornando-a simbólica” (TURNER, 1986: 11). Os peregrinos convergem para um ponto, o santuário, no qual entra em contato com o sagrado e se reinsere “em um tempo sacralizado, que é também um tempo histórico” (TURNER, 1986: 12).

Já romaria vem dos termos “*romerus, romerius, romarius*, designações dadas aos peregrinos que iam a Roma” (BALBINOT, 1998: 77). Neste sentido, o conceito de romaria está associado a um caso específico de peregrinação, ou seja, a de Roma. Contudo, esta definição é simplista em demasia para explicar fenômenos complexos como a romaria. Uma forma mais coerente de distinguir peregrinação de romaria é a formulada por Pierre Sanchis, que tem como referência o grupo regulador do evento. Deste modo, a romaria pode ser vista como “uma manifestação efervescente de religião popular, imperfeitamente regulada pela hierarquia” (SANCHIS, 1979: 252). Segundo a mesma linha de raciocínio, a peregrinação passa a ser entendida como uma espécie de anti-romaria, na qual a autoridade religiosa detém um maior controle sobre o transcorrer do evento.

Neste caso, a solenidade do Senhor dos Passos no período estudado pode ser vista como uma romaria, tendo em vista que a organização do evento estava a cargo dos irmãos terceiros do Carmo. O evento religioso do segundo final de semana da quaresma realizado todos os anos em São Cristóvão era uma cerimônia com forte inclinação para

fora da alçada da hierarquia eclesiástica. Essa constatação pode ser evidenciada ao se observar as críticas a esse tipo de celebração, registradas pelo clero da cidade no Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Vitórias. A discussão sobre os conflitos entre o clero regulador e os leigos no controle e participação nas festas religiosas tem sido um dos embates da historiografia religiosa do Brasil. Maria Helena Ochi Flexor ressalta que a “festividade do Senhor dos Passos dos Humildes era mais um clube de comilões que confraria de devotos. Comia-se no dia da festa, no dia seguinte e nos posteriores. A procissão realizava-se nas quintas-feiras da quaresma” (FLEXOR, 1999: 470).

O papel desempenhado pelas irmandades, confrarias e ordens terceiras no campo religioso é inquestionável. Nas cidades do Brasil colonial e imperial cada segmento social tinha a sua irmandade. Ser membro de uma associação religiosa representava demonstração de poder e prestígio. Por isso era comum os devotos com maior poder aquisitivo pertencer a diferentes associações, para as quais destinavam pequenas fortunas em seus testamentos[†]. Outro fator que atraía devotos para as associações religiosas era o medo da morte. Podemos dizer que a morte constituía uma das principais preocupações da população até as últimas décadas do século XIX. A preocupação não estava relacionada com a morte em si, mas sim com a morte desamparada (REIS, 2009). Em uma sociedade marcada pelo forte sentimento de religiosidade e pelas epidemias, assegurar a realização dos rituais fúnebres tornava-se preocupação central. João José Reis realizou um estudo original sobre o imaginário da morte na Bahia oitocentista, destacando o papel das irmandades na administração da morte e dos festejos (REIS, 2009).

No entanto, a realização dos funerais dos irmãos não era a única incumbência das associações de leigos. Elas eram responsáveis por uma série de obrigações, expostas em seus respectivos compromissos. Entre as obrigações mais comuns estavam os empréstimos de divisas e a realização de procissões para os oragos protetores das instituições. Em ocasiões como estas o prestígio da irmandade ou ordem leiga era exposto publicamente com maior veemência. Quanto mais pomposa fosse a festa, maior seria o poder da associação. Os investimentos nos festejos também visavam atrair novos

[†] Atrelada a herança, os membros das irmandades também deixavam em seus testamentos prescritos os cuidados com o funeral, sepultamento e celebrações para a encomendação da alma. Por esse motivo os testamentos constituem fonte valiosa para o estudo das religiosidades.

membros. As procissões também representavam o momento em que a rivalidade entre as irmandades eram acentuadas. Cada associação tinha a sua procissão.

Assim, em São Cristóvão no período quaresmal três associações religiosas de leigos se destacavam na realização das celebrações penitenciais. É o que poderíamos chamar de “Tríade Processional da Quaresma” de São Cristóvão. A tríade tinha início na Quarta-feira de Cinzas com a Ordem Terceira de São Francisco e a pomposa Procissão das Cinzas, realizada até o ano de 1862. Doravante, no segundo final de semana da quaresma ocorria a maior celebração religiosa da cidade, com a solenidade do Senhor dos Passos, organizada pela Ordem Terceira do Carmo. A tríade era fechada na Quinta-feira Santa com a Procissão do Fogaréu, realizada pelos membros da Santa Casa de Misericórdia. Dessas três procissões, a única que apresentava aspectos de romaria era a de Passos. As demais, apesar de serem realizadas com pompas, eram mais restritas aos devotos locais e à elite açucareira que passava o período quaresmal na Velha Capital. Esse modelo de conjunto de procissões penitenciais com pompa barroca não era exclusivo da cidade de São Cristóvão. Outras cidades do país também seguiam esse padrão. Como exemplo disso, Flexor destaca que na Bahia:

a Ordem Terceira de São Francisco punha na rua a procissão de Cinzas na quarta-feira dessa denominação, a de Nossa senhora do Carmo se encarregava do enterro do Senhor na tarde de sexta-feira da Paixão. A irmandade da Santa Casa de Misericórdia promovia a dos Fogaréus na noite de quinta-feira de Endoenças (FLEXOR, 1999: 466).

A procissão é o momento culminante da romaria. Pode ser entendida como marcha solene, de caráter religioso acompanhada de cantos e rezas. É no momento da procissão que os fiéis e até mesmo aqueles que não vão a procissão por promessa, só fazendo gosto de participar, sentem-se inseridos dentro de uma experiência em que está presente. Ela pode ser entendida como o momento em que se estabelece ou intensifica o diálogo entre o devoto e o santo. As procissões brasileiras eram marcadas pela heterogeneidade, tendo em vista que a religiosidade englobava “a fé católica tradicional, misturada a superstições, sobrevivências pagãs européias e africanas, estreitamente misturadas, difíceis de ser separadas da cultura local” (FLEXOR, 1999).

Outro aspecto intrinsecamente associado a procissões é a teatralidade, propiciada tanto pela presença de elementos cenográficos, como pela ornamentação das imagens. A cenografia rica servia, por esse modo, para despertar a piedade e o fervor. A partir do

século XVIII as imagens de roca foram disseminadas nas igrejas brasileiras. Com isso, a possibilidade de mudar a roupa e gestos se coadunava perfeitamente com a teatralidade barroca e com o que a cena pedia, pois a grande maioria das representações dessa natureza estava ligada aos personagens da Semana Santa e que saem às ruas nas sextas-feiras (FLEXOR, 1999). Entre as procissões que se destacavam no Brasil no período estudado estavam a de Corpus Christi, dos padroeiros e da Semana Santa, com destaque para a procissão do encontro ou dos Passos.

Entretanto, nas solenidades religiosas um elemento que detém papel relevante é a sonoridade. É impossível pensar em uma procissão sem o repicar dos sinos, o estrondo do foguetório e a melancolia dos cânticos. Além desta sonoridade regulamentada pelas autoridades eclesiásticas é possível ouvir também ruídos que quebram as regras da procissão. Trata-se do murmúrio das conversas paralelas, dos risos indiscretos, dos aplausos abafados (no caso de procissões penitenciais).

Com isso se pode dizer que a função dos sinos não era apenas religiosa e cultural, mas também o era social, pois assumiram um relevante papel comunicador. No entanto, a sonoridade não fica restrita às tarantanas e aos cânticos, ela também se manifesta pelo silêncio. Deste modo, podem ser buscados no silêncio os diferentes ruídos que perpassaram a celebração. O silêncio comunica. Analisar a procissão dos Passos na cidade de São Cristóvão significa ampliar as discussões que vem ocorrendo no âmbito da historiografia brasileira a respeito das festas religiosas. Trata-se da tentativa de realizar uma leitura da festa sob um novo enfoque, sob a ótica dos sentidos, discutindo as diferentes apropriações que ocorreram na solenidade dos Passos pelos diversos segmentos sociais que dela participam. Tantos os conflitos como a própria festa podem ser analisadas a partir da abordagem dos sentidos, pois a documentação traz um valioso destaque descritivo da sonoridade, dos contatos físicos, da culinária festiva (sabores) e da estética visual.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. São Paulo: Fapesp, 1999.

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. **Estudos Avançados**.. [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 315-332.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUVINAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Trad. L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: UFCE, 1983.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das Religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, Rubem César. **Os Cavaleiros do Bom Jesus**: uma introdução as religiões populares. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. As devoções religiosas na Bahia do século XVII. In: **Anais da VI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba, 1996. p. 145-149.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amorosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Carnaval de Romans**: da candelária à quarta-feira de cinzas. 1579-1580. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANCHIS, Pierre. Festa e Religião Popular: as romarias de Portugal. **Revista de Cultura**. Petrópolis 1979. Vozes. Vol. 73, ano 73, nº 04.

SANTOS, Magno F. J.; NUNES, Verônica M. M. Na Trilha dos Passos do Senhor: A devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão/Se. **Revista da Fapese**. n. 2, jul./dez. 2005, p. 97-110.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Trad. Antônio Luigi Negro; Sérgio Silva. Campinas-SP: Unicamp, 2007, p. 227-268.

TUNER, Victor W. **Imagem e Peregrinação na Cultura Cristã**: um esboço introdutório. Trad. Pedro Agostinho. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1986.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Trad. Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.